

**ILMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPAM.**

**CAL FERREIRA LTDA**, empresa devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 20.503.975/0001-40, com endereço à Rod MG 439 KM 7,5 CEP: 35.582.000, caixa Postal 12, Pains-MG., na pessoa de sua representante legal ALCIMÍNIO FERREIRA NUNES, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº M-1638948, inscrito no CPF sob nº 017.094.706-82, residente e domiciliado em Formiga/MG., sito à Rua Jotte Corrêa, nº 19, bairro Sagrado Coração de Jesus, CEP:35.570-000, vem respeitosamente perante V.Sa, interpor

### **RECURSO CONTRA PENALIDADE APLICADA**

contra a Notificação de Julgamento de Auto de Infração nº **180/99**, que determinou a aplicação de multa pecuniária no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) em face da empresa Cal Ferreira LTDA; pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

#### **I – SÍNTESE DO PROCEDIMENTO:**

A Recorrente foi notificada, através do Ofício 1697/2010 NAI/DMFA/FEAM que o Pedido de Reconsideração ao Processo Administrativo COPAM/PA/Nº92/1992/005/1999, referente ao Auto de Infração nº 180/99, foi submetido a julgamento pelo URC Alto São Francisco tendo sido indeferido o pedido de reconsideração das penalidades, alterando, porém, o valor da multa para R\$20.000,00 (vinte mil reais).

Consta do auto de infração que a empresa autuada em data de 20/07/1999, durante fiscalização da FEAM, encontrava-se em atividade de lavra na área do processo DNPM 831.069/92, cuja operação fora suspensa pelo COPAM, de acordo com a deliberação nº

075/1997, sendo incursa no art.19, §3º, item 2, do Decreto 39.424/1998.

Posteriormente, após parecer jurídico, a Câmara de Atividades Minerárias do COPAM, resolveu pela aplicação de multa gravíssima, no importe de 40.000 (quarenta mil) UFIR's, com base no art.1º, inciso III, "a" c/c art.2º, §1º, inciso III da Deliberação Normativa COPAM nº 27/1998.

Após a notificação de aplicação da multa, a empresa Cal Ferreira LTDA apresentou Pedido de Reconsideração junto ao COPAM, em data de 13/11/2001, demonstrando a realidade fática na qual é comprovado através de provas documentais que não praticou qualquer infração que desse azo à punição aplicada.

No entanto, os pareceres técnico e jurídico do FEAM não foram favoráveis ao Pedido de Reconsideração apresentando, sustentando que a empresa não apresentou nenhum argumento ou justificativa que descaracterizasse as infrações cometidas, apesar de todo aparato documental juntado, pugnando assim pela manutenção da multa aplicada, apenas com redução do valor em decorrência de alteração legal nesse sentido.

Logo em seguida, como houve nova alteração legal no valor máximo da multa, o departamento jurídico da FEAM requereu em 20/04/2010, nova redução da multa, agora para o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do Anexo I do art.83, Decreto nº 44.844/2008.

## II – NO MÉRITO:

Nobres julgadores, não poderá prosperar a decisão de manutenção de aplicação da pena de multa, tendo em vista a ausência de análise do Pedido de Reconsideração e das provas anexas ao mesmo. Ora, do ponto de vista técnico, restou claro que a Recorrente não realizou qualquer infração passível de punição nos moldes aplicados.

Conforme se observa do Laudo Técnico juntado pela empresa Cal Ferreira LTDA, devidamente assinado por profissional habilitado, pode-se concluir que:

- 1) O local vistoriado pelo técnico da FEAM pertence à Portaria de Lavra nº 1.711/85, processo DNPM 810.680/73, apontando, portanto, tal atividade mineraria como local devidamente autorizado pelo DNPM;



2) Que no local acobertado pelo Alvará de Pesquisa 3.364/93, Processo DNPM 831069/92, a empresa não está minerando, acatando a determinação de suspensão de atividades do COPAM;

3) Que no local identificado pelo fiscal do FEAM como uma gruta, os trabalhos de espeleologia conduzidos no local, consideraram apenas uma fenda na formação calcária, e não uma gruta;

4) Por fim, consta da guia DAE enviada para a empresa Cal Ferreira LTDA, para o pagamento da multa aplicada, que a área explorada irregularmente é registrada no DNPM nº 832935/1992, sendo que tal área sequer consta do Auto de Infração, sendo de total desconhecimento da Recorrente qualquer infração ligada a esta área.

Como dito acima, a decisão proferida não contemplou todos os meios de prova no procedimento administrativo, que demonstram que a Recorrente, foi claramente prejudicada pela decisão de aplicação de multa em grau máximo, visto que não foi dada qualquer importância ao Laudo Técnico juntado pela empresa Cal Ferreira LTDA.

Consoante autorizada doutrina, o direito à prova não consiste apenas no poder (ou faculdade) de produzi-la, mas compreende:

- a) o direito de se valer dos meios destinados a demonstrar as alegações;
- b) o direito de demonstrar o contrário do que foi alegado e provado pelo adversário;
- c) o direito de produzir efetivamente as provas requeridas e admitidas;
- d) o direito à valoração adequada da prova pelo juiz.

O inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal é claro no tocante ao direito de ampla defesa e contraditório, assegurando aos litigantes, conforme segue:

**"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:**

**LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"**

Assim, sendo requer-se seja reconhecido o direito à ampla defesa e contraditório da Recorrente, devendo o nobre julgador manifestar-se quanto a todas as provas documentais juntadas nos autos, principalmente ao Laudo Técnico juntado, nos termos do ARTIGO 5º - INCISO LV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Assim, a Recorrente opõe o presente **RECURSO**, que espera vê-lo recebido e provido com o fim de instar V. Exª para se pronunciar sobre o art. 5º, inciso LV Constituição, no que tange ao amplo direito de defesa e contraditório, negada a Recorrente, quando da omissão a análise das provas documentais juntadas nos autos, e em face das demais razões supra delineadas, na forma da lei.

### **III - DO PEDIDO:**

Ante ao exposto, a Recorrente requer:

1 - Seja recebida e conhecido a presente **RECURSO** por esta **CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPAM**, nos termos da Lei, para ao final, julgar totalmente improcedente o auto de infração em questão, nos termos da fundamentação contida na defesa e documentos acostados.

2 - Requer ainda, a notificação da Recorrente, no prazo legal, sobre a decisão a ser prolatada em face da defesa em tela, via AR, no endereço acima declinado, nos termos da Lei.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Formiga/MG, 06 de dezembro de 2010.

  
**CAL FERREIRA LTDA.**

**CNPJ nº 20.503.975/0001-40.**